COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

Em ritmo de descompasso

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado está batendo recordes no quesito *contra tudo e contra todos*, notadamente contra o bom senso. Em menos de 10 dias a comissão, que zela pela constitucionalidade dos projetos apresentados para tramitação no Senado, aprovou três propostas que conseguiram desagradar de A a Z.

A última, que ameniza as penas para autores de crimes hediondos – tortura, estupro, extorsão por seqüestro, entre outros –, até tem uma explicação jurídica consistente, mas jamais um assunto dessa natureza poderia ser tratado da forma como foi. Por votação simbólica, no meio de outros 38 projetos, com o plenário da comissão esvaziado e sem que os senadores soubessem o que estavam votando.

O reconhecimento da ignorância foi atestado até mesmo pelo presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral, que se disse surpreso com a aprovação e confessou o descuido, pois foi a assessoria da comissão quem incluiu o projeto num pacote para facilitar a desobstrução da pauta de votações.

Por mais que o Executivo, autor da proposta, justifique que a adaptação do conceito de crime hediondo para aplicação de penas tenha o objetivo de acompanhar tendências jurídicas, o Senado expõe uma falha grave – e, infelizmente, corriqueira – quando trata assuntos dessa relevância com tamanho descaso. É difícil justificar que alguém tenha de cumprir uma lei quando o legislador, depois de aprová-la, confessa que não sabia do que se tratava.

Os outros dois casos que colocaram a CCJ do Senado em foco e mostram que aquela comissão está a merecer acompanhamento acurado foram as propostas aprovadas na semana passada. Uma mantém as aposentadorias especiais para deputados e senadores e a outra acaba com o segundo turno para eleição de governadores e, de quebra, ainda reduz o percentual de votos necessários para que o candidato à presidência da República seja eleito logo no primeiro turno.

A primeira, das aposentadorias, revoltou até o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, provocou explicações inconsistentes por parte dos que votaram a favor e ainda produziu nova distorção: a intenção manifestada de alguns senadores de reincluir as aposentadorias especiais para magistrados na reforma da Previdência.

Se pretendiam parceria, não a obtiveram do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso de Mello, que rejeitou a sugestão, dizendo que o Judiciário não deve prestar-se a ações que visem à manutenção de privilégios corporativos.

No mesmo dia das aposentadorias, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o fim dos dois turnos e a redução do percentual de votos para a eleição presidencial na primeira rodada, de 50% mais um do total de votos para 45% ou 40% quando a diferença entre o primeiro e o segundo colocados for superior a 10%.

Considerando que a emenda da reeleição foi aprovada sob outras regras, que ainda estão em vigor, a CCJ aprovou um insidioso casuísmo. Numa conversa com um ministro de Estado nesta semana, o presidente Fernando Henrique rechaçou essa tentativa. Avaliou que o governo não pode apoiá-la de jeito algum, uma vez que já chegou ao limite mudando as regras da eleição no meio do jogo. Ir além disso, na opinião do presidente, é “golpe”.

E o Palácio do Planalto não pode se engajar numa batalha que tem como único objetivo atender aos interesses particulares dos senadores que são candidatos a governador e estão inconformados com a lei que confere aos atuais o direito de concorrer sem desincompatibilização. A CCJ, no entanto, não se constrangeu em corroborar a manobra.